

Déficit é ameaça, afirma Bergsten

por Maria Christina Carvalho
de São Paulo



C. Fred Bergsten

O crescente déficit orçamentário norte-americano — que neste ano deve atingir US\$ 175 bilhões, e chegará em 1985 a US\$ 200 milhões ou até US\$ 300 bilhões — é o principal complicador que encontrarão as tentativas de solução da crise dos países endividados, advertiu C. Fred Bergsten, diretor do Instituto de Economia Internacional, de Washington, e ex-secretário assistente do Tesouro norte-americano para Assuntos Internacionais do governo Carter, na conferência que fez sobre "Taxas de juros, o dólar e a economia mundial", parte do encontro "Alternativas de Reestruturação Econômica Mundial", que terminou ontem em São Paulo.

Bergsten interrompeu o tom otimista que caracterizou grande parte de sua conferência para explicar que, se o déficit orçamentário norte-americano não for reduzido, comprometerá a recuperação da economia dos Estados Unidos, que tem puxado o avanço dos outros países industrializados e dos endividados, através do aumento das importações.

A advertência de Bergsten encontrou eco: no final da conferência, o presidente de honra da mesa, José

Ermírio de Moraes, disse que a questão do déficit orçamentário norte-americano é atualmente mais grave do que a da dívida externa brasileira.

O BENEFÍCIO DOS JUROS

E mesmo o otimista Bergsten não acredita que o presidente Ronald Reagan, se reeleito — hipótese que considera bastante provável —, adotará a medida necessária, ou seja, um corte de US\$ 100 bilhões no déficit do orçamento os Estados Unidos já em 1985, ou no máximo em 1986. Ele acha que Reagan poderá interpretar a reeleição como um sinal de o que fez até agora está certo. Outra hipótese de controle seria

ampliar os impostos, o que esbarraria na oposição do Congresso.

Bergsten frisou várias vezes que a solução da crise da dívida depende da recuperação econômica mundial. Ele disse que o aumento neste ano de 2 pontos percentuais na "prime rate" (taxas dos bancos norte-americanos para clientes preferenciais), que de 11% passou aos atuais 13%, se deveu à retomada do crescimento econômico nos Estados Unidos, que gerou nas autoridades monetária do país o temor de que a conseqüente pressão na demanda de crédito expandisse a inflação. Para conter a inflação, o Federal Reserve Board (o Fed, banco central) optou por

estimular a alta dos juros.

Mas nas contas de Bergsten o efeito benéfico da expansão econômica superou os prejuízos gerados pela alta das taxas: segundo seus cálculos, cada ponto percentual de crescimento nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) — organização criada em 1961 e composta atualmente pelas 24 nações mais industrializadas — gera em um ano uma expansão de US\$ 12 bilhões nas exportações dos países em desenvolvimento, criando empregos, mantendo indústrias em funcionamento e aumentando as reservas cambiais, um valor que supera de longe os US\$ 4 bilhões de acréscimo

na dívida provocado pelo aumento de 2 pontos nos juros.

RESERVAS

Segundo Bergsten, em três anos, os benefícios provocados pelo crescimento de 1 ponto na economia dos países da OCDE gerarão US\$ 30 bilhões em exportações para os países em desenvolvimento, ampliando a relação benefício/prejuízo com a alta de 2 pontos nas taxas de 3 para 7 até 8.

Sua tese foi bastante discutida após os debates. O ex-ministro Mário Henrique Simonsen, que participou da mesa, disse que o raciocínio era válido a curto prazo mas a longo prazo perdia a eficiência porque implicava transferência de

recursos. "É como se me dissessem que eu teria de pagar mais impostos mas poderia ganhar um emprego em que trabalhasse mais para cumprir essa obrigação".

Bergsten acredita que se o déficit orçamentário norte-americano não for controlado, os juros subirão ainda mais, puxando o dólar, porque os Estados Unidos terão que importar mais capital. Mas a ameaça decorrente à recuperação econômica impedirá os países endividados de exportar mais e acumular as reservas necessárias para pagar os juros devidos. Por isso, Bergsten aconselha aos endividados a precaução de acumular o máximo possível em reservas.